

sp. sob condições de abrir um claustru  
de 0,6 x 0,5 pés num no compartimento  
designado para armazém.



Registado  
n.º 3441  
data 31-5-912

CMP  
AG

O requerente pede de  
abrir uma clarabóia de 0,6 x 0,5  
pés num, no compartimento de-  
signado para armazém. Porto em  
Caxias, 30-4-912

P. Dr. J. G. Carvalho

Q.P.D.

2º REPARTICAO

Nº 3441

3 de Julho de 1912

R

Sr. Monteiro de Carvalho, proprie-  
tário de um terreno na rua do Pinhal, pro-  
prio do d. 159, Freguesia de Nevogilde, pre-  
tende mandar construir umas casas em  
harmonia com o projecto既定; por isso

Pede a V. Ex. se dispõe  
conceder-lhe a respectiva  
licença.

Saude e Fraternidade.

Porto, 17 de Maio de 1912.

(Pelo requerente)

António Ferreira

Para entrada no Gabinete Municipal, da quantia  
de Rs. 15,000 e que se retira a informação  
da repartição competente quanto ao presente requeri-  
mento, foi passada a vaga n.º 554 n'esta data.

H.º da Fazenda M.º 3º piso de 1912

3º REPARTICAO  
Regist. 1000  
17 5 912

297  
23-5-912

4.º And.

Licença N.º 906  
de 3 de junho de 1912

Declaracão.

O abaixo assinado declara assumir a responsabilidade nos termos do regulamento de 6 de Junho de 1895, sobre a segurança dos operários pela construção das obras constantes do projeto juntamente.

Porto, 8 de Outubro de 1912.

Daniel da Costa Almeida

~~Recolhimento correspondente~~ outura

Porto, 15 de Outubro de 1912.

Em tareira folha 5





PROVADA. PORTO EM CAN

20 DE maio

DE 1912

O PRESIDENTE

CMP  
AG

## Memoria descriptiva

O presente projecto refere-se à construcçāo de duas casas sobre terrenos que José Monteiro de Carvalho, posse na sua al. Pinhal, propriedade, freguesia de Chaves Pde.

Os alicerces assentará em terreno firme sendo construídos com alvenaria argamassada.

As paredes serão construídas de tijolo de 0,30 de espessura argamassadas.

A fachada será tosca para ser revestida de cimento.

Todo o revestimento será de pinho da terra bem como toda a madeira da armazāo.

Toda a madeira exposta ao tempo será de castanho.

Os alicerces serão apedrados, assim como os fardos.

A cobertura será de telha nacional tipo da de Chaves Pde.

As fachadas das latrinas serão de gipsite e vidro d'água, sendo o tubo de ventilação de 1/2 de diâmetro.

A fachada terá os cantos arredondados e o fundo concavo, construída a alvenaria arga-

massada tornando-a impermeável, com revestimento de cal hidráulica, cimento e areia em partes iguais, sendo a tampa móvel para a extração do seu conteúdo.

As chaminés serão construídas de tijolos com os angulos arredondados e farão do desvío das madeiramentas ou material combustível 0.15.

27

Registo } N.º 1000 B.E.  
Data 17-5-912  
  
Licença } N.º .....  
Data .....  
  
C.M.P.  
AG



# Camara Municipal do Porto

## 3.ª Repartição – Obras Publicas

## EDIFICAÇÃO URBANA

Especificação da obra: construção de casa

Requerente: José 916022 Léio de Carvalho

Morada:

Situação da obra: rua do Pinal

Responsável: Daniel Costa Barbosa (nº tel: d.º b. d.º)

- A) No projecto apresentado é  
de 115,00 m<sup>2</sup>, a superfície total coberta, incluindo annexos;  
de 93,00 m<sup>2</sup>, a superfície total habitável (util);  
de 6,50 m<sup>1</sup>, a extensão horizontal total das fachadas voltadas para a via publica;  
e de 0,00 m<sup>1</sup>, a menor distancia d'aquellas a esta;  
de 4,70 m<sup>1</sup>, a altura média da mais alta das fachadas;  
e de 3,60 m<sup>1</sup>, a altura média da mais baixa das fachadas.  
Tem um pavimentos de nível superior ao do solo circumacente, águas furtadas e lojas de pavimento mais baixo que o solo.  
Destina-se a habitação.

Está nos casos do art. 136.º do Cod. de Post.

Declaração de responsabilidade: declarado

## O projecto

**B)** pelo que respeita ás prescrições do Código de Posturas em vigor e do Regulamento de Salubridade das edificações urbanas, aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903:

- a) sobre a altura das fachadas (art.º 5.º e 6.º do R. de S.) . . . . . *Satisfaz*  
b) sobre a altura inferior, ou pé direito dos andares (§ 3.º do art. 6.º do R. de S.) . . . . . "  
c) sobre quartos de dormir e dormitorios (art. 13.º do R. de S.) . . . . . "  
d) sobre as dimensões das janellas (art. 11.º do R. de S.) . . . . . "  
e) sobre pateos e saguões (art.ºs 19.º e 20.º do R. de S.) . . . . . "  
f) sobre escadas interiores (§§ 1.º e 2.º do art. 9.º do R. de S.) . . . . . "  
g) sobre portas, janellas, balcões ou mostradores nos andares terreos (art. 146.º do C. de P.) . . . . . "  
h) sobre alpendres, sobre-ceus ou cobertura de portas avançando sobre a via publica (art. 146.º e seus §§ 1.º e 3.º do C. de P.) . . . . .  
Nota: a superficie da projecção do alpendre na via publica é de <sup>m²</sup>; a taxa annual a que se refere o § 2.º do art. 146.º do C. de P.) poderá ser de réis . . . . .  
i) sobre peões salientes junto das hombreiras dos portaes (art. 132.º do C. de P.) . . . . .  
j) sobre degraus, escadarias, rampas e balcões junto ás soleiras das portas (art. 131.º do C. de P.) . . . . .  
k) sobre beiraes e calões dos telhados (§ 1.º do art. 136.º do C. de P.) . . . . . *Satisfaz*  
l) sobre tubos de queda (art. 25.º a 35.º inclusivé, do R. de S. e § 2.º do art. 136.º, art. 148.º, 149.º e 168.º do C. de P.) . . . . . "  
m) sobre siphões e tubos de ventillação (art. 36.º a 41.º inclusivé do R. de S.) . . . . . "  
n) sobre latrinas, pias, urinoes e outros esquadouros (art. 42.º a 47.º inclusivé) . . . . . "  
o) sobre fossas (art. 48.º a 53.º do R. de S.) . . . . . "  
p) sobre as condições a que deve satisfazer os alojamentos de pavimento subjacente ao da rua ou do terreno confinante (art. 18.º do R. de S.) . . . . .  
q) sobre a defeza das paredes contra a humidade vinda capillarmente dos alicerces (art. 10.º do R. de S.) ou vinda dos telhados (art. 16.º do R. de S.) . . . . . *Satisfaz*  
r) sobre a defeza dos pavimentos terreos contra a humidade (art. 9.º do R. de S.) . . . . . "  
s) sobre chaminés (art. 129.º e 130.º do C. de P.) . . . . . "  
t) sobre alojamento para animaes (art. 54.º e 55.º do R. de S.) . . . . . "  
u) sobre edificios para reuniões publicas, como egrejas, theatros, etc., e para officinas (art. 12.º do R. de S.) . . . . .  
v) sobre os terrenos alagadiços, humidos ou sujos (art. 1.º e 2.º do R. de S.) . . . . .  
w) sobre construcções ou installações onde possam depositar se immundices, como cavallariças, curraes, vaccarias, lavadouros, fabricas de productos corrosivos ou prejudiciaes para a saude publica, etc. (art. 3.º do R. de S.) . . . . .  
y) sobre terrenos vizinhos de cemiterios (art. 4.º do R. de S.) . . . . .  
z) sobre a saliencia de varandas cobertas, balcões, *bow-windows*, etc. . . . .

- C)** sob o ponto de vista architectonico. . . . . *Satisfaz*

- D)** pelo que respeita á estabilidade . . . . . "

## Condições a impôr:

CMP  
AG

Alinhamento: a determinar

Nível de soleiras: .....

Depósito: 15% sobre reis

Observações:

A.C. de M. Satisfatória  
C.J. Barão

aprovado pelo C. de M. Satisfatório, reunião de  
 18-V-912 sob condições de abrir uma clarabóia  
 de  $0,6 \times 0,5$  pés min., no compartimento designado  
 para armas.

Satisfaz com a clausula exposta, devendo  
 vir procuramente à 1<sup>a</sup> sec. para informar sobre  
 a abertura do poço.

22-V-912

Francisco Barbosa

Com relação à abertura do poço não haverá  
 inconveniente.

Porto, 24 de Maio de 1912.

Tidore Antônio Ferreira

François

Prov. deg. com a clausula indicada pelo F. de M. S.

24-5-912

Carvalho

Camara Municipal



Cidade do Porto

CMP  
AG

29

ANNO CIVIL DE 1912

Guia de entrada de deposito N° 554

Despacho de 30 de Maio de 1912

Dinheiro corrente ...	15\$000
Papeis de credito ....	\$
Total Rs ...	<u>15\$000</u>

Pela presente guia vai José Monteiro de Carvalho entrar no Cofre d'esta Municipalidade com a quantia de quinze mil reis, em dinheiro.

como deposito de garantia ás condições em que lhe foi concedida a licença n.º 906 desta data para construir duas casas em terreno que posse na rua do Pinhal, proximo ao n.º 1659, freguesia de Nevogilde.

quantia de que o respectivo thesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de faxenda Municipal, 3 de Julho de 1912

O Chefe dos serviços de Fazenda,

Recebi a quantia de quinze mil reis -

supra mencionada.

Thesouraria Municipal do Porto, em 3 de Julho de 1912

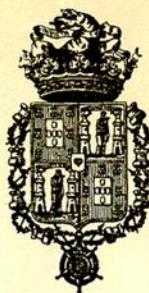
Registada

Em 3 de Julho de 1912

O Thesoureiro,

J. de Freitas

J. de Freitas



CMP  
AG

N.º 906

30  
AG

# Municipalidade do Porto

Concede-se licença a José Monteiro de Carvalho para que possa construir duas casas em terreno que possue na freguesia de Nevogilde, concelho de Vila do Conde, freguesia de Nevogilde, para o efeito que foi apresentado em 30 de Maio de 1912, essa a classada, por não se achar causa cláusula de opção, e faltarem menos os compromissos designados para arrematamento.

em harmonia com o disposto no regulamento das edificações urbanas, decretado em 14 de Fevereiro de 1903, e ficando sujeito ao alinhamento e nível de soleiras que lhe serão designados gratuitamente e ao disposto nas respectivas posturas e mais deliberações municipaes; e bem assim para que possa ocupar logar em terreno publico para deposito de materiaes, devendo cumprir o disposto nos art.<sup>os</sup> 138 a 140 inclusivé do Código de Posturas Municipaes.

Porto e Paços do Concelho, 1<sup>o</sup> de Julho de 1912

José Almeida Barreiros  
F.º J.º L.º Engenheiro, falso Engenheiro Chefe da 3.<sup>a</sup> Repartição, subscrevi.

Pelo PRESIDENTE,

J.º J.º da Costa

esta emolumentos para a Câmara, 500 reis.

José Almeida

Registada.

Silva

Depositou na thesouraria do Concelho a quantia de 500 reis, conforme a guia n.º 554